



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
Administração Regional do Estado de São Paulo



Circular Nº 018/2019

São Paulo, 10 de Junho de 2019.

Prezado Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente **da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP**, no intuito de manter bem informados os sindicatos rurais filiados, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Senhoria cópia da Lei nº 13.838, de 4 de Junho de 2019, que acrescentou o paragrafo 13º ao art.º 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de registros públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural.

O referido dispositivo desobriga expressamente os proprietários de efetuarem o levantamento das assinaturas dos confrontantes do imóvel rural nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento, com vistas a agilizar o trâmite do georreferenciamento.

Importante ressaltar que nas hipóteses de retificação do registro ou da averbação de imóveis previstos no art. 213 da lei 6.015/73, permanece a obrigatoriedade, devendo o proprietário assegurar a anuência dos confrontantes do imóvel rural.

Sendo o que tínhamos a informar no momento, solicitamos ampla divulgação da presente entre os produtores rurais da base territorial desse sindicato, colocando o nosso Departamento Jurídico a vossa inteira disposição para esclarecimentos adicionais.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e consideração, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,


FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente

“PLANTE, CULTIVE E COLHA A PAZ”



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.838, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 176 da [Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973](#) (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:

"Art. 176.

.....

§ 13. Para a identificação de que tratam os §§ 3º e 4º deste artigo, é dispensada a anuência dos confrontantes, bastando para tanto a declaração do requerente de que respeitou os limites e as confrontações." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Sérgio Moro

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.6.2019

*